



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 2/11

1 de Março de 2011



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



Suborçamentação e cortes nos vencimentos podem prejudicar a operacionalidade!



Apesar das recentes declarações à imprensa por parte do Ministro da Defesa Nacional, afirmando não haver suborçamentação, sabemos hoje que para além da suborçamentação nas despesas com pessoal das Forças Armadas, no valor estimado de 160M€, muitas das restantes verbas estão sujeitas a percentagens de cativação que variam entre os 20 e os 60%, originando um valor médio de cativação de 15 a 20% do orçamento total das despesas de funcionamento. A própria Lei de Programação Militar (LPM) sofreu uma redução de 40%.

Para além destas cativações que reduzem drasticamente a autonomia dos comandantes na gestão das suas unidades, criando múltiplas dificuldades, com sérias implicações no grau de operacionalidade e mesmo na simples actividade diária, uma comissão nomeada pelo Ministério das Finanças impôs limites trimestrais à execução orçamental dos serviços, implementando na prática uma espécie de regime duodecimal que se aplica a todas as dotações orçamentais, idêntico ao regime de duodécimos que o Governo dizia querer evitar com a aprovação do orçamento de Estado para 2011, com o rol de medidas lesivas que tal aprovação implicou.

Tal sistema, conjugado com a suborçamentação nas várias rubricas de despesas com pessoal, evidencia aquilo que o Governo pretende esconder, para garantir o pagamento dos vencimentos, todos os meses faltam verbas para pagar obrigações legais e, nada sendo feito no sentido de emendar esta situação, não só não haverá verbas suficientes para pagar os vencimentos a partir de Novembro, como o seu pagamento, já a partir deste mês, apenas se consegue efectuar com recurso à não entrega dos descontos obrigatórios para a CGA, para a Segurança Social e para a ADSE.

Alertamos todos os Sargentos de Portugal e as suas famílias de que os cortes nos vencimentos se traduzem, na prática, numa diminuição de vencimentos que nos coloca muito próximos dos níveis em que estávamos em 2009. Alertamos ainda para o facto de militares com o mesmo posto e antiguidade, colocados na mesma posição e níveis remuneratórios, tenham sobre a sua remuneração base e suplemento de condição militar percentagens de redução remuneratória diferentes, variando desde os 3,5%, na maioria, a mais de 6% para os que usufruem de suplementos de risco, e até mesmo 10%, para os sargentos que se encontram em missões de paz, apoio humanitário, cooperação técnico-militar e serviços diplomáticos.

Se por hipótese, indesejável mas infelizmente possível, um militar em missão externa falecer em serviço nessa missão, o cálculo de pensão atribuída à sua família ficará bastante prejudicado em relação ao que aconteceria se a mesma infeliz ocorrência sucedesse com o militar no seu serviço normal, numa qualquer unidade do território nacional.

Contudo, a solução é simples! Basta que o Governo ou a Assembleia da República assumam este erro legislativo e o corrijam, pelo que desejamos e apelamos a que essa iniciativa legislativa seja assumida pelo Governo, pela Comissão de Defesa Nacional ou por algum grupo parlamentar, pois todas estas entidades têm poderes para o fazer.

Também S.Exa. o Comandante Supremo das Forças Armadas poderá ter uma palavra a dizer, utilizando a sua magistratura de influência e o seu dever de tutela para com aqueles que, no País e no estrangeiro, defendem o nome de Portugal. Os militares esperam que os seus comandantes sejam sensíveis à Condição Militar e que exerçam todos os seus poderes e influência no sentido de a salvaguardarem, Comandante Supremo incluído!

Registamos com agrado que as nossas denúncias e as diversas acções de reclamação das anomalias verificadas nos posicionamentos remuneratórios, lançadas pela ANS e levadas a efeito por centenas de sargentos nos seus serviços, em algumas situações, estão já a ter resultados positivos, pois os ramos estão gradualmente a mudar de posição, substituindo a inicial postura de liminar rejeição da assumpção dos erros, por uma postura mais correcta e assertiva, resolvendo as incorrectas situações administrativas, provocadas por deficientes interpretações dos serviços financeiros dos ramos.

Não obstante estes dados positivos, continuam por resolver muitas situações, nomeadamente as relativas aos segundos-sargentos incorrectamente posicionados e que, apesar de muitos já terem reclamado dessa situação e exigido a sua correcção, esta, incompreensivelmente, teima em permanecer, havendo contudo a perspectiva de que, também aqui, a resolução possa estar para breve. Acompanhamos atentamente o evoluir da situação.

Conhecemos ainda situações de muitos camaradas do Exército que, transitando recentemente para a situação de Reforma, o ramo continua a pagar-lhes como se estivessem na situação de Reserva, aplicando-lhes reduções no vencimento e efectuando descontos de valor superior ao correcto, reduzindo o rendimento mensal para valores que dificultam enormemente a gestão do orçamento familiar e o cumprimento de responsabilidades correntes. Também os reformados com menos de 70 anos, desde Janeiro de 2010 que estão a ser prejudicados em centenas de euros todos os meses porque os seus complementos de pensão foram incorrectamente calculados e carecem de actualização.

Para além destas situações para as quais urgem as soluções, continuam a verificar-se excessivos tempos de permanência nos postos, havendo primeiros-sargentos da Marinha que farão este ano 17 anos a marcar passo no mesmo posto e primeiros-sargentos do Exército e da Força Aérea a caminho dos 14 anos. O normal fluxo de carreiras, para além de ser uma exigência legal justa, é inerente à Condição Militar e por ser uma necessidade operacional, e se for interrompido, pode colocar em causa a própria hierarquia, base estrutural das Forças Armadas.

Por fim sabemos que as actuais condições de suborçamentação, conjugadas com as cativações e as formas de atribuição dos meios financeiros poderão, a breve prazo, levar a que os navios da Armada em serviço SAR “*Search and Rescue*” (Busca e Salvamento), tenham de ficar atracados por falta de verbas, nomeadamente para o combustível, podendo o mesmo verificar-se com a Força Aérea e o serviço público diário que presta. Há sérias apreensões acerca da possibilidade de os navios em grande reparação no Arsenal do Alfeite ficarem operacionais nos prazos previstos devido à falta de verbas para o efeito.

Com o sentido de responsabilidade que é apanágio dos Sargentos de Portugal e da sua associação socioprofissional representativa, não podemos calar este profundo sentimento de injustiça e tudo faremos para que as situações apontadas sejam corrigidas e para que a operacionalidade e a Dignidade das Forças Armadas seja salvaguardada.

Apelamos a todos os militares e suas famílias, em particular aos Sargentos de Portugal, para que se mobilizem e adiram às iniciativas que a direcção da ANS venha a convocar para pôr termo a este rumo desastroso, injusto e que levará o País a agravar ainda mais a sua situação económica.

Com dignidade, construímos o futuro!

A Direcção

Lisboa, 1 de Março de 2011